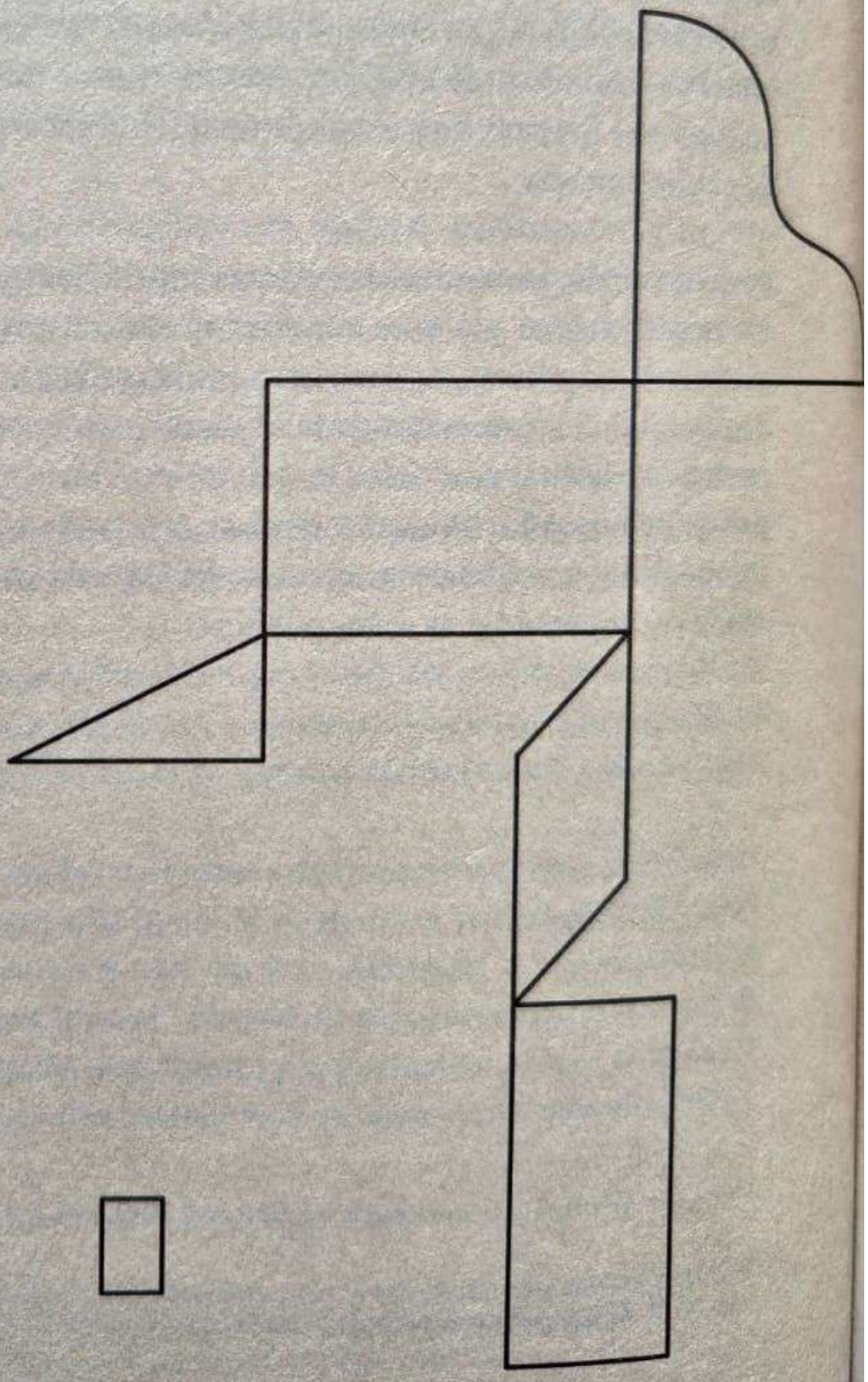
# Mulheres, arquitetura e cidade antes do século XIX



## Experiências de uma perspectiva doméstica

Para tratar de arquitetura com base nas experiências e nas contribuições das mulheres, precisamos fazer referência, primeiramente, à moradia, já que foi concebida sob a divisão de papéis de gênero a partir do lugar exclusivo e excludente das mulheres. A moradia é o elemento constitutivo essencial dos tecidos urbanos, junto com a rua, e é o espaço essencial para o abrigo das pessoas, colaborando na construção de relações e papéis. No entanto, foi a tipologia mais relegada da grande arquitetura, ou arquitetura com letra maiúscula, como obra de arte, devido em parte ao fato de que a moradia, e não os grandes palácios ou residências da alta burguesia, era até o final do século XIX majoritariamente construída por mestres de obras.[1] Também sabemos que a vida cotidiana, "vulgar", não foi de grande interesse para a história até que Philippe Ariès e Georges Duby publicassem *História da vida privada*, cujos fundamentos se baseiam na transformação originada pela Escola dos Annales.

Em casos excepcionais, uma casa foi e é reconhecida como peça autoral e de prestígio, desde que tenha sido assinada por um arquiteto. Possivelmente considera-se que o homem alheio à domesticidade pode transformar algo cotidiano e banal em obra de arte, respondendo a partir do conhecimento dessa realidade com a monumentalidade adequada, sem se importar com como realmente aquele espaço é habitado ou simplesmente reproduzindo o espaço de controle conhecido. A moradia é ao mesmo tempo reflexo e pauta de normas. Espaço atribuído às mulheres pela divisão de papéis que, no entanto, foi construído metaforicamente e idealmente a partir da experiência passageira, externa e parcial do gênero masculino. A construção do 'lar doce lar' ou da moradia como lugar de descanso e do privado revela que foi levada em conta exclusivamente a experiência masculina.

Para desfrutar de um espaço privado, é necessário poder se ausentar voluntariamente do espaço público, e, na história da família ocidental,

---

1 Josep Maria Montaner, L'ofici de l'arquitectura. El saber arquitectònic dels Mestres d'obra analitzats a través del seus projectes de revalida. Barcelona: Universitat Politecnica de Barcelona, 1983.

a maior parte do tempo isso não foi possível para as mulheres. O espaço doméstico foi muitas vezes equiparado ao espaço privado, mas estão muito longe de serem sinônimos:

> O cultivo de si mesmo, próprio da esfera privada, é absolutamente incompatível com o espaço doméstico. A esfera doméstica sofre uma dupla exclusão, do espaço público e do espaço privado, e, no entanto, procura as condições necessárias para recriar a privacidade em outros[.][2]

O espaço doméstico para as mulheres não é um espaço escolhido nem de desfrute, é o lugar da obrigação, do cumprimento de um papel de gênero. Nem por isso deixaram de existir mulheres que, seja a partir da experiência obrigatória, seja a partir da ruptura com essa própria experiência, contribuíram tanto com o pensamento teórico quanto com a prática da arquitetura e, em especial, da habitação, ainda que não tenham sido suficientemente reconhecidas.

É no interior da casa onde os "costumes", como mecanismos sociais que perpetuam as relações de poder, estabelecem normas e formas, e a mulher está incumbida de cuidar que isso seja feito, ainda que ao fazê-lo sua exclusão seja reforçada.

A moradia de hierarquia patriarcal, organizada em função dos papéis de gênero, dividindo o trabalho produtivo para o homem e o reprodutivo para a mulher, não corresponde a uma organização natural. É uma construção cultural que, na sociedade ocidental contemporânea, remonta ao início da formação da cultura monoteísta, ainda que as culturas grega e romana também estabelecessem uma clara distinção no uso dos espaços associados aos distintos papéis.

---

2 Soledad Murillo, El mito de la vida privada. De la entrega al tiempo propio. Madri: Siglo XXI de España, 1996. p. 39.

Segundo explica Richard Sennet em seu livro *Carne e pedra*, o papel da mulher nas cidades gregas era secundário e invisível. Em sua oração fúnebre, Péricles aponta que o lugar da mulher é o silêncio, não se deve falar delas nem elas devem falar. Esse ostracismo se confirma com a reclusão das mulheres nas casas por razão de supostos defeitos fisiológicos.

> Heródoto referiu-se ao contraste entre a racionalidade da civilização grega e a estranheza que, segundo ele, marcava os povos do Nilo. O historiador observou que "em suas maneiras e costumes, os egípcios parecem ter invertido as práticas comuns da humanidade: mulheres vão ao mercado e fazem negócios, enquanto os homens permanecem em casa fiando". Na peça *Oikomikus*, de Xenofonte, um marido, para agradar sua esposa, resolve que "seu negócio será permanecer em casa".[3]

Por tudo isso, a casa grega organizada ao redor de um pátio separava claramente a área das mulheres, as quais sendo casadas nunca apareciam no cômodo em que estavam os convidados, chamado *andron*, ao qual tinham acesso apenas as escravas, prostitutas e estrangeiras. Esposas e filhas viviam nos cômodos chamados *gineceu*, que eram posicionados de modo que não fosse possível visualizá-los das partes públicas da casa.

Nas cidades romanas predominava a ordem geométrica e visual do tabuleiro de damas, com quadrados inscritos em círculos cujo centro, o "*umbiculus*", marcava o cruzamento do *Cardo* e o *Decumanus* máximos de onde se traçava a circunferência máxima para delimitar a cidade e o *pomerium*. O crescimento das cidades fazia com que muitas vezes a organização em quadrícula fosse perdida. As casas romanas mostravam uma maior igualdade: o escravo podia comprar sua liberdade, e as esposas podiam conservar seus bens pessoais se casavam na modalidade *sine manu*, ou seja, sem estar submetidas à completa autoridade do marido. Filhos e filhas podiam

---

3 Richard Sennett, Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Trad. Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 66.

compartilhar as heranças, e homens e mulheres podiam fazer refeições juntos. De todo modo, a estrutura familiar era patriarcal e hierárquica, e o homem de idade mais avançada era quem regia a família. A casa romana, *domus*, manifesta a complexidade da sociedade, e sua geometria é reflexo das classes, idades e tipos de famílias que acomodava. A casa era organizada longitudinal e linearmente por meio de pátios cuja quantidade dependia da riqueza e importância da família. O acesso através de um vestíbulo com várias portas já preparava o visitante, anunciando a riqueza da família. O primeiro pátio com jardim e água no centro, o *impluvium*, permitia uma visão transversal e no eixo do percurso estava o lugar do dono da casa: um nicho para os deuses protetores da casa, os lares, retratos de antepassados nas laterais e a cadeira do pai no eixo médio. Apesar de ter uma maior mistura de homens e mulheres nos espaços, a organização e a localização de cada um denotavam uma hierarquia clara.[4]

A construção do modelo ocidental da família tem seu momento de inflexão na era pré-moderna, que se inicia no século XII. A família, com herança, nuclear e conjugal, recebe sua institucionalização máxima por parte da Igreja cristã com a instauração do casamento religioso de mútuo acordo. O matrimônio fica constituído como um sacramento indissolúvel, o que implica a fundação de novos valores como a monogamia e a conjugalidade, que permite controlar as desordens ocasionadas pela convivência e garante a transmissão patrimonial de bens e rendas. Esse sacramento será indissolúvel até o século XVI, quando foi instaurado o divórcio com a Reforma Protestante. O sacramento era obrigatório sempre que houvesse propriedades, as pessoas sem herança não eram obrigadas a oficializar seus vínculos matrimoniais até o século XIX, momento no qual a Igreja e o poder civil pugnam pelo controle dessas uniões e pela difusão da ideia única e natural de uma família nuclear, formada por pai, mãe, filhos e filhas. No caso de mulheres com patrimônio anterior ao casamento, estas ficavam desprovidas de todo o direito sobre seus bens, até que as leis começaram a mudar aos poucos na Inglaterra, a partir de

---

4 Richard Sennett, Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Trad. Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

1857. Ainda assim, uma sufragista inglesa proclamou no Congresso Mundial de Mulheres de 1893: 'A posição legal da esposa na Inglaterra é um escândalo para a civilização".[5] Nos Estados Unidos, assim como em muitos países europeus, heranças, salários e qualquer bem que as mulheres possuíam pertenciam a seu marido, ainda que em situação de divórcio. O estado de Nova York foi o primeiro a quebrar essas regras quando, em 1860, foi aprovada a ata de propriedade das mulheres casadas, que permitia o controle de seus salários, o que já havia sido apresentado em 1848.[6]

A moradia vai se transformando para acomodar e representar essa família nuclear com a eclosão da cidade em meados do século XIX. Apesar dessa ordem no parentesco, a unidade familiar será, até a Revolução Industrial e a consequente mudança no modelo produtivo, uma unidade de produção e uma rede extensa, estabelecida tanto por meio de relações de consanguinidade quanto de trabalho. Por isso, a moradia pré-moderna, fosse a cooperativa ou a aristocrática, não era um espaço privado no sentido moderno do termo, ou seja, um espaço familiar privado em oposição ao espaço exterior público. A produção e a reprodução compartilhavam o mesmo espaço interior e também o exterior, o espaço público, pouco determinado, que constituía uma extensão da esfera produtiva e, portanto, da moradia.

Na casa medieval, tudo acontece em um mesmo lugar: a cozinha, a cama, a mesa, o espaço de trabalho, todas as atividades compartilham um espaço que se singulariza ou se especifica por meio de mobiliário, escamoteável, dobrável ou conversível.

Uma demonstração da presença feminina no mundo do trabalho produtivo, por direito próprio e não como colaboradora invisível, é que os grêmios não eram exclusivamente masculinos. Do século XIII ao XVII, os arquivos de Florença e Paris registram a presença de mulheres em asso-

---

5 Karen Offen, "A Historical Look at Marriage Laws and Women's Financial Independence", em Global Fund for Women, 14 out. 2009. Disponível em: exhibitions.globalfundforwomen.org/exhibiting-you-story/?id=3650. Acesso em: 2 maio 2024.

6 Daphne Spain, Gender Spaces. Chapel Hill/Londres: North Carolina Press, 1992.

ciações comerciais de predomínio masculino. No ano 1300, na *taille* de Paris, na lista dos agremiados com finalidade fiscal, havia duzentos ofícios dos quais doze eram exclusivamente femininos, oitenta eram mistos e o resto masculinos, chegando em alguns casos a serem herdados pela viúva, que podia temporariamente dar continuidade ao negócio.[7]

É a partir do século XV que a divisão funcional do interior doméstico vai tomando esferas diferentes para os homens e para as mulheres, em consonância com a construção progressiva do claro limite entre o espaço público e o privado. O espaço público representativo é construído em paralelo ao espaço privado representativo; a cidade e a casa são a representação das hierarquias e dos poderes.

O Renascimento dá a forma edificada da clara divisão de papéis segundo o sexo, consolidando o gênero e atribuindo a cada um seu lugar na sociedade. O homem é do domínio público e dono da casa, a mulher passa a ser a cuidadora e garante a ordem e os bons costumes em nome do marido.

## A cidade das mulheres, Christine de Pizan

No final da Idade Média, deu-se um embate contra a figura da mulher na literatura, por meio de sua definição nos romances baseada em pretensos recursos filosóficos, religiosos e científicos como o ser-objeto mais devastador, como o pior dos seres. Ante esses excessos misóginos, levantou-se a voz "escrita" de uma mulher: Christine de Pizan (Veneza, 1364-Poissy, 1430). Ela foi a primeira a intervir na "Querela das Mulheres"[8] com uma perspectiva

---

7 Bonnie S. Anderson e Judith P Zinsser, Historia de las mujeres: una historia propia. Barcelona: Crítica, 1992.

8 A Querela da Mulheres é o nome dado ao debate acirrado que aconteceu na Europa, durante o século XV e ao longo de vários séculos, em que se questiona a dignidade das mulheres e sua capacidade intelectual e política.

feminista[9], especialmente no debate em torno do *Romance da Rosa*, que influenciou a teoria misógina europeia, ou seja, a construção de uma sociedade patriarcal e machista. A Querela das Mulheres se origina no século XIII, com a leitura obrigatória na Universidade de Paris, a partir de 1225, dos textos atribuídos a Aristóteles, o que favorece o domínio, desde então e até a Revolução Francesa, da teoria da polaridade dos sexos, que defende que homens e mulheres são significativamente diferentes e os homens são superiores.[10] Para Christine de Pizan, o *Romance da Rosa*, escrito por Guillaume de Lorris e Jean de Meun, entre 1225 e 1278, e que tinha o intuito de ensinar a arte de amar, era um insulto para as mulheres, descritas como supérfluas tentações para o galante cavalheiro. Da mesma forma, também não eram aceitáveis os modos e os vocabulários que eram atribuídos às mulheres no romance.

Em sua obra mais conhecida, *A cidade das mulheres*,[11] Christine de Pizan fala em primeira pessoa sobre a experiência de ser mulher, de modo que seu discurso constitui uma mudança de perspectiva histórica. No primeiro capítulo, explica por que e para que era necessário escrever o livro, e sobressaltada se questiona quais são as razões que levam os homens a inventar uma imagem da mulher com tanto desprezo. Explica que, apesar das diferentes posições satíricas, filosóficas ou poética dos autores, todos chegam a uma mesma conclusão: o comportamento das mulheres está desviado e repleto de vícios. De Pizan não acredita que tantos homens importantes se equivocaram e duvida de sua própria experiência da realidade e de seu próprio conhecimento sobre as mulheres. Para construir seu livro, busca

---

9 Maria Milagros Rivera Garretas, La querella de las mujeres: una interpretación desde la diferencia sexual. *Política y Cultura*, n. 6, p. 25–39. Disponível em: redalyc.org/articulo.oa?id=26700603. Acesso em: 2 maio 2024. "No debate acadêmico sobre a Querela das Mulheres participaram, desde meados do século XIII majoritariamente homens: uns a favor, outros contra a tese da 'superioridade natural' que eles atribuíam a si mesmos. Essa situação mudou por volta do ano 1400, quando Christine de Pizan interveio na querela. Ela deu à Querela das Mulheres, pela primeira vez, pelo que sabemos, conteúdos feministas. Desde esse momento, a Querela conservou esses conteúdos feministas e desenvolveu outros novos durante o tempo que existiu na Europa, ou seja, até a Revolução Francesa, quando o debate literário, filosófico e político perde o interesse e a luta social de massas ganha protagonismo, como acontece na atualidade."

10 Montserrat Cabré i. Pairet e Fernando Salmón Muniz (org.), Sexo y género en medicina. *Una introducción a los estudios de las mujeres y de género en las ciencias de la salud*. Santander: Ediciones Universidad de Cantabria, 2013.

11 Christine De Pizan. A cidade das mulheres. Trad. Ana Nereu. Lisboa: Coisas de Ler, 2007.

as vozes e os pensamentos das mulheres exemplares, tanto reais quanto mitológicas, com as quais, através do diálogo, realiza uma construção simbólica baseada nas virtudes da razão, do bom comportamento e da justiça das mulheres para tentar, desse modo, contrapor os ataques aos quais as mulheres eram submetidas tanto pela literatura quanto nos púlpitos.

Para a medievalista Blanca Garí, Christine de Pizan pode ser considerada a primeira escritora feminista, uma vez que a partir dos feminismos são construídos outros relatos, outras maneiras de fazer com base em uma experiência de gênero e sexuada de modo diferente dos valores dominantes estabelecidos pelo patriarcado e pelo machismo.

Como outras mulheres que sucederam Christine de Pizan, ela reivindicava o direito da mulher ao estudo, para poder demonstrar quão equivocado é o julgamento masculino que considera as mulheres inaptas. Essa reivindicação está diretamente ligada ao uso da esfera pública por parte das mulheres e, portanto, seu reconhecimento como sujeito político.

Seus textos refletiam a corrente humanista que se difundia na época e influenciou muitas cortes da Europa. Esse movimento cultural e laico desenvolveu um projeto educacional específico para mulheres de classe alta baseado nos saberes das artes liberais: o *trivium* ou artes da linguagem (que compreendia a gramática, a dialética e a retórica) e o *quadrivium* (que compreendia a geometria, a astronomia, a aritmética e a música). A retórica era uma matéria central e imprescindível em uma trajetória educativa ideal dentro da teoria da educação humanista, uma vez que mediante esta era possível alcançar a eloquência pública.[12] A retórica, no entanto, não fazia parte do conteúdo educacional de formação das meninas, era considerada uma matéria desnecessária para as mulheres, já que elas não desenvolveriam sua eloquência pública. Em 1405, Leonardo Bruni (1369-1444), um renomado ideólogo do Renascimento, dizia com estas palavras:

---

12 Lisa Jardine. "Women Humanists: Education for What?", em Anthony Grafton e Lisa Jardine, From Humanism to the Humanities: Education and the Liberal Arts in Fifteenth- and Sixteenth-Century Europe. Cambridge: Harvard University Press, 1986. p. 29-57.

> Para que cansar uma mulher com as milhares de dificuldades da arte da retórica, se ela nunca terá um fórum [...]. Porque, se uma mulher movimenta os braços enquanto fala ou aumenta o volume de sua voz com muita intensidade, vai parecer ameaçadoramente insensata e precisando de constrição. Essas questões pertencem aos homens, como a guerra, as batalhas, os confrontos e as controvérsias. Uma mulher não estuda, portanto, para falar contra ou a favor de um testemunho, a favor ou contra a voz comum, nem se ocupa dos assuntos públicos, nem dedica sua atenção a perguntas e dilemas nem a respostas engenhosas; ela finalmente deixará a dureza da esfera pública para os homens.[13]

Christine de Pizan pôde escrever graças a duas exceções extraordinárias: saber escrever e ter um espaço próprio. Esse espaço próprio e privado é uma aspiração muito difícil de uma mulher conseguir, tanto é que Virginia Woolf escreveu em 1929 *Um teto todo seu*, no qual defende como imprescindível esse espaço próprio e privado, junto com a independência econômica, para que as mulheres pudessem ser e pensar. Em suma, poder se privar à vontade tanto do espaço público como do doméstico-privado.

Christine de Pizan, com *A cidade das mulheres*, procurou quebrar o silêncio público que era imposto às mulheres por meio de uma educação a favor de um modelo de gênero feminino de submissão e privação. Sua cidade das mulheres foi um espaço de liberdade para as mulheres, uma cidade que foge da destruição e das guerras.

> Assim, querida filha, sobre você e sobre todas as mulheres recai o privilégio de edificar e levantar a Cidade das Mulheres. Para levar a cabo essa obra, como se faz com uma fonte límpida, você vai tirar água viva de nós três. Vamos prover você dos materiais mais firmes e resistentes, como blocos de mármore maciço esperando

---

13 Montserrat Cabret I Pairet, "El otro centenario: la ciudad de las damas y la construcción de las mujeres como sujeto político", La Aljaba, v. 10, p. 39-53. Disponível em: scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-57042006000100002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2024.

ser selados. Assim, a sua Cidade vai conquistar uma beleza ímpar que perdurará eternamente.[14]

## O *Studiolo*, o surgimento de um espaço privado

O tratado de Leon Baptista Alberti, *De re aedificatoria*, de 1452, publicado em 1485, constitui um texto fundador da arquitetura da era moderna e especifica claramente os usos e os domínios dos espaços.[15] Recomenda a separação dos dormitórios dos cônjuges e a comunicação interna entre eles, para que dessa maneira possa ser mantida e resguardada a intimidade sexual do casal, configurando exteriormente um casamento com contrato de trabalho sem contato íntimo visível. Essa divisão será mantida até o século XIX.

De toda maneira, o espaço interno privado só será exclusivo para a família nuclear a partir do fim do século XVIII. O interior, apesar do ditame moral da Igreja, continua sendo formado por espaços de uso e limites confusos. A privacidade individual, com limites, vai sendo consolidada progressivamente e será por séculos uma prerrogativa exclusiva dos donos homens das casas.

A residência da aristocracia do Renascimento vai ser o palco da construção de uma nova intimidade, a do homem que constrói seu nome e seu patrimônio. Nessa casa-palácio que é fundamentalmente a representação de uma nova sociedade urbana, guerreira e comercial, que exalta a linhagem e a cultura, aparece um dos espaços mais expressivos dessa nova situação, que representa a metáfora espacial do domínio do homem sobre a mulher. O gabinete ou *studiolo* é para o homem um último reduto, inacessível, no coração da casa. Um espaço simbolicamente ornamentado, construído para criar a imagem simbólica do dono. Um espaço decorado com quadros de antepassados reais ou fictícios, como filóso-

---

14 Christine De Pizan. A cidade das mulheres. Trad. Ana Nereu. Lisboa: Coisas de Ler, 2007. p. 70.

15 Marc Wigley, "Sense títol: l'allotjament del gènere", em Sexualitat i espai. El disseny de la intimitat, Beatriz Colomina. Barcelona: Edicions UPC, 1997.

fos, artistas e cientistas clássicos que se transformam em personagens de uma saga familiar à qual se deseja pertencer. Para além da construção do ambiente, nesse espaço serão controlados os bens e as heranças da saga familiar, à qual a mulher era alheia. Por isso, ela tinha o acesso proibido a esse reduto. E a invenção do homem e de sua intimidade também começa ali, com a escrita de suas memórias como forma de legado, para que as gerações seguintes possam reconstruir a genealogia herdada. Esse colecionismo incipiente representa o máximo expoente do poderio, da riqueza e do conhecimento da nobreza dos séculos vindouros.

> [...] o primeiro espaço verdadeiramente privado foi o gabinete do homem, um pequeno cômodo fechado adjacente ao dormitório, onde ninguém mais podia entrar, um espaço intelectual que vai mais além do espaço da sexualidade.[16]

Um exemplo claro é o *studiolo* do duque de Montefeltro, em Urbino; um espaço vazio de objetos e povoado de representações destes, os *trompes-l'oeil* de marchetaria mostram os mais modernos instrumentos de medição, bem como as joias e os tesouros mais extravagantes, livros e armas. O príncipe ilustrado, mecenas e guerreiro, estrategista e comerciante constrói sua própria imagem com base em representações de personagens históricos, formando uma genealogia referencial.

A progressiva especialização espacial das moradias nobres e burguesas dos séculos XVII e XVIII marca a importância da representação da vida privada para construir o homem público e o lugar invisível, ou não lugar, deixado para as mulheres, para que sejam o suporte dessa representação. Se nos séculos XV e XVI o espaço da privacidade e a representatividade masculina são construídos com os *studiolos* e gabinetes de colecionistas, será no século XVII, por meio da pintura doméstica dos Países Baixos, que se constituirá o espaço do dever e do trabalho invisível das mulheres.

As pinturas holandesas do século XVII, especialmente as de Johannes Ver-

---

16 Ibid., p. 218.

meer, Pieter de Hooch, Gerrit der Borch, Gabriel Metsu e Nicolaes Maes, significaram uma mudança na representação dos espaços internos domésticos, uma vez que em suas obras aparece o interior habitado majoritariamente por mulheres trabalhando, sempre por detrás de uma janela. Até então as cenas domésticas relatavam passagens religiosas ou mitológicas tendo como pano de fundo o interior contemporâneo dos artistas. Esses espaços internos, invisíveis para quem vê de fora, mostram as mulheres em tarefas domésticas, em trabalhos que poderiam ser indistintamente produtivos ou reprodutivos, como fiar ou costurar, como passivas leitoras de cartas ou como executoras de algum instrumento musical para deleite masculino. A mulher e suas tarefas ou suas habilidades ficam invisíveis do mundo público. Uma invisibilidade que não lhes dá reconhecimento, nem a suas habilidades, nem a suas tarefas, construindo o preconceito de que a mulher que está em casa não faz nada e, por outro lado, ignorando as necessidades espaciais e funcionais provenientes desses trabalhos e tarefas.

A generalização do tema pictórico da mulher na janela é a evidência do lugar atribuído a ela. A mulher pertence a um mundo interior fechado, do qual pode ser observadora, mas não pode fazer parte do espaço público exterior: a janela não é um portal que pode ser atravessado, é um limite, é uma tela da qual podemos ver um mundo ao qual não pertencemos, nem nos pertence. E na perspectiva desse mundo, mais além da janela, o mundo interno permanece invisível. Por isso, o maltrato doméstico e as tarefas reprodutivas permanecem sem reconhecimento, são considerados assuntos privados, particulares da família, unidade inquebrantável e independente do mundo externo, visível apenas através das formas que o homem da casa e seus pertences, entre eles as mulheres, projetam para o exterior.[17]

---

17 Em inglês, a etimologia de "husband", de Old English hūsbōnda e de Old Norse hūsbōndi, "male head of the house" ou "householder" ou "master of the house", é clara. No entanto, é ainda mais interessante ver que seu substantivo, "husbandry" (que é utilizado comumente nos dias atuais: [1. the care, cultivation, and breeding of crops and animals: all aspects of animal husbandry. 2. management and conservation of resources. low borrowing demonstrates astute husbandry of resources]), não apenas inclui "management of a household", mas é proveniente de "farm management", da gestão das propriedades que vêm dos primeiros assentamentos permanentes, o cultivo de terras (com noções de propriedade), os animais (também de propriedade) e, como não, da mulher (e repete-se o padrão de propriedade, como bem aponta a autora, por meio de noções de matrimônio associadas a grandes religiões monoteístas. Nota do revisor Daniel Lacasta Fitzsimmons.

Essa janela volta com força na iconografia publicitária da residência unifamiliar suburbana do sonho americano dos anos 1950, sendo complementada pela televisão. O grande vitral ou a grande janela e a televisão são os dois dispositivos limitadores da vida pública para as mulheres.

Soledad Murillo explica em seu livro *El mito de la vida privada*, como, apesar da Revolução Francesa, no Direito Social, a família continuou sendo inscrita em uma sociedade regulada pelo direito natural diferente daquele que ampara a sociedade civil e política, e a mulher era integrada nos direitos naturais da família. Essa sociedade regulada pelo direito natural, segundo Carol Pateman,[18] é estabelecida e mantida mediante um contrato social no qual se faz urgente uma releitura histórica, uma vez que não apenas justifica o espaço privado como uma esfera de segunda categoria, mas também dentro desse mesmo espaço são selados e legitimados outros tipos de contrato. O contrato sexual, segundo desenvolve a autora, baseia-se na sujeição da mulher, cuja origem não está na desigualdade natural, mas sim na legitimação de uma diferença política de primeira ordem, cujo requisito é ter um sujeito desprovido de direitos e patrimônios pessoais.[19]

Os códigos civis marcaram a tutela familiar a cargo do homem e, posteriormente, em 1804, o Código Napoleônico firmou por lei o chefe de família como o único responsável por seus filhos e esposa.

> O filósofo Poulain de la Barre (s. XVII) assume a proeza de iniciar e o desafio de revelar as falácias que sustentam o preconceito. [...] Para Poulain, a igualdade constitui um direito absoluto que não admite exceções [...] apenas um movimento de mulheres, o Preciosismo, acolherá seus postulados por se identificar com o sentimento de igualdade, que elas propõem através da linguagem – a retórica

---

18 Carol Pateman. El contracto sexual. Barcelona: Anthropos, 1995.

19 Montesquieu adverte o perigo do "excesso de igualdade", no sentido dos riscos legais que poderiam acontecer na República, "com essa finalidade é preciso que os dotes das mulheres, os bens, as sucessões e os testamentos e todas as formas de aquisição sejam regulados, uma vez que cada um pode dar seus bens a quem quiser, cada vontade particular perturbaria a disposição da lei fundamental". O espírito das leis. Prólogo de Tierno Galván, mostrando que a classe dirigente europeia foi educada segundo essas normas durante todo o século XVII e quase todo o século XVIII.

> e a arte da conversação – e também com seu voluntário desprendimento das servidões da mulher: o casamento e a maternidade [...] além disso instituem novos espaços: os salões na França do século XVII que configuram espaços de fronteira entre o público e o privado. Recintos com grande projeção na vida política. Fora desses salões, o estado natural de todas as mulheres é servir e ser excluída.[20]

A ação voluntária das "Preciosistas' de se dedicarem à política e à retórica e de não cumprirem com as obrigações de seu sexo, ou seja, o casamento e a maternidade, tem as beguinas como antecessoras. Mulheres que, a partir do século XIII, na Europa setentrional, decidiram se constituir como uma espécie de sociedade independente. Essas mulheres não aceitaram a alternativa ao casamento e à maternidade, que era o convento, mas formaram sociedades economicamente autossuficientes, construindo seus próprios espaços e organização social.

## Dos beguinários ao *cohousing*

As comunidades de beguinas, ou beguinários, eram fundadas por viúvas ricas ou herdeiras que estabeleciam um sistema urbano independente, autorregulado e que se auto abastecia. Em 1566, chegaram a ser registradas quase trezentas[21] comunidades nos Países Baixos, lugar onde surgiram e de onde se expandiram para toda a Europa.[22] O fato de que esses complexos tivessem edifícios de culto fez com que fossem explicados como conventos, mas na realidade se constituíam como sociedades civis independentes, que advogavam outra maneira de ser mulher: nem mãe, nem esposa, nem freira, mas trabalhadoras e estudiosas. Entre os temas de estudos estavam as leituras de textos sagrados, tirando, assim, parte do poder da Igreja e dos homens, que, como párocos, eram os únicos autorizados a ler

---

20 Soledad Murillo, El mito de la vida privada. De la entrega al tiempo propio. Madri: Siglo XXI de España, 1996. p. 36 e 37.

21 Simons Walter, Cities of Ladies. Beguine Communities in the Medieval Low Countries. 1200-1565. Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 2001.

22 Laura Swan, The Wisdom of the Beguines. The forgotten Story of a Medieval Women's Movement. Katonah/Nova York: BlueBridge, 2014.

e a transmitir esse conhecimento com base em sua própria interpretação. E exatamente essa interpretação e esse julgamento como instrumento de poder é que foram colocados em xeque por essas mulheres, que defendiam sua capacidade de ler e de interpretar e de se organizar de modo alternativo. Entre outras coisas, o que desmente a interpretação dos beguinários como conventos é que, se a intenção era viver em um convento, nada teria impedido essas mulheres, que poderiam tanto procurar como fundar um. A organização cotidiana dos beguinários era baseada nas tarefas do cuidado, que eram realizadas de maneira comunitária e profissionalizada, tanto pelas próprias beguinas como por pessoas externas que procuravam viver sob seus cuidados. Em outros casos, as mulheres se deslocavam até as casas para cuidar de pessoas idosas ou doentes. Cada beguina tinha sua tarefa: umas poderiam tricotar, escrever ou realizar outras atividades produtivas, tanto dentro quanto fora dos beguinários, outras se dedicavam à cozinha ou à limpeza comum como atividade produtiva.

Alguns beguinários chegaram a se constituir como verdadeiras cidades à beira da cidade medieval. Eram formados por várias edificações organizadas, seguindo estruturas urbanas de ruas e praças. Eram rodeados por muros ou fossos, ainda que fossem espaços abertos à comunidade por ser a sede de inúmeros serviços: desde centros de instrução de jovens mulheres a centros de caridade para pessoas pobres, idosas ou doentes.

De alguma maneira esse modelo de agrupamento reaparece em meados do século XIX com as casas de acolhimento, em cidades como Londres e Chicago, nas quais mulheres voluntárias fundaram associações em comunidades carentes, para quem trabalhavam e onde viviam.

Daphne Spain[23] explica que, nos períodos em que se vive uma situação de anomia,[24] é gerado um sentimento de confusão e insegurança que traz a necessidade de um esforço para restaurar a ordem social, e é nesses

---

23 Daphne Spain, "La importancia de los espacios de género femenino en el ámbito público", em Urbanismo y género. Una visión necesaria para todos. Barcelona: Diputación de Barcelona, 2005.

24 Segundo Émile Durkheim, representam um estado sem normas, um abandono das pautas e regras tradicionais que governam a vida cotidiana (em Daphne Spain, idem.)

momentos que as mulheres encontram brechas onde podem intervir na realidade e criar espaços de gênero feminino para agir na esfera pública. A autora sugere que a segregação involuntária de gênero nos edifícios individuais reduz o acesso das mulheres à esfera pública, enquanto a segregação voluntária no espaço urbano pode melhorá-lo. Para Spain, foi após uma situação como essa que surgiram os beguinários no século XIII, as casas de acolhimento e outras intervenções dirigidas por mulheres no século XIX e as casas de mães nos países da órbita soviética quando caiu o muro de Berlim. Nos três casos, esses espaços correspondem a necessidades que não foram sanadas, dão um papel público às mulheres e conferem a elas identidades independentes fora do lar.

Podemos dizer que todas essas formas de arquitetura, gestão do espaço social e urbano têm seus equivalentes na atualidade. No século XX, além das casas de mães, podemos encontrar outras experiências derivadas dessa maneira de fazer e de se organizar, ou seja, agrupamentos de um interesse comum e suporte mútuo que combinam residência, cuidado e produção, como o sistema habitacional *cohousing*. Para Vestbro e Horelli,[25] as moradias no sistema *cohousing* rompem com os padrões espaciais de gênero – a cozinha como espaço feminino e a garagem como espaço masculino – e propõem o compartilhamento das tarefas domésticas de forma indistinta entre homens e mulheres. Segundo suas pesquisas, as pessoas que vivem em um *cohousing* tendem a usar variáveis temporais que fazem com que interajam de maneira diferente com o espaço e o lugar, que afeta a construção de seus papéis de gênero. Para eles, a construção das casas coletivas com serviços compartilhados foi e é uma ferramenta essencial na emancipação da mulher: com menos trabalho doméstico, ela tem mais tempo para atuar politicamente e para influenciar nas políticas de habitação.

---

25 Dick Urban Vestbro e Liisa Horelli, "Design for gender equality: The story of cohousing ideas and realities". Built environment, 38, 3, 2012.